

**BRASIL: PERSPECTIVAS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL NO SÉCULO XXI  
(questão específica)**

Helena **BRUM NETO**

**Linha de Pesquisa:** Desenvolvimento Regional

**Nível:** Doutorado

Ao se considerar a atual configuração sócio-espacial e econômica que classifica o Brasil como um país em desenvolvimento, deve-se ater as suas particularidades regionais, expressas pelos regionalismos, sejam culturais ou econômicos, mas que denotam as características organizacionais de cada porção do território nacional.

O uso “produtivo” do território tem suas origens atreladas aos distintos processos de povoamento e colonização e às políticas públicas que as incentivaram. Desse modo, cada recorte espacial brasileiro está imbuído de um processo histórico/transformador, o qual reflete sua atual configuração, considerando o seu nível de desenvolvimento socioeconômico.

Para dinamizar as regiões brasileiras, o Estado teve que gerir condições para que o desenvolvimento regional heterogêneo do Brasil pudesse beneficiar as regiões onde os desequilíbrios e as desigualdades fossem mais significativas, uma vez que se buscava o desenvolvimento regional. Nesse sentido, políticas públicas e a inserção do capital público e privado foram estimulados como agentes reorganizadores do espaço, buscando revitalizar áreas com potenciais de desenvolvimento ou então, estimular aquelas com “vazios” demográficos expressivos. Para tanto, esses atores econômicos redesenharam o território nacional via capital considerando as especificidades regionais.

Considerando as macrorregiões brasileiras, individualizadas pelo IBGE, pode-se dizer que, a gênese da economia brasileira está estruturada via atividades agropecuárias, as quais são dinamizadoras das economias regionais. No entanto, tal situação tem como conseqüências as oscilações ligadas às potencialidades naturais e econômicas, que influenciam o desenvolvimento regional, à medida que as regiões estão sujeitas as políticas públicas, ora favoráveis a certos produtos, ora acarretando prejuízos, tendo em vista o contexto global que rege o mercado, via fluxos de capital. Para demonstrar tal situação, cita-se a soja como produto em expansão, principalmente, nas regiões sul e centro-oeste, pois de acordo com o IBGE (2005), essa cultura tem nos transgênicos uma das explicações para a sua expansão territorial atual, além da valorização do produto no mercado externo.

É interessante destacar a polêmica quanto ao uso de sementes transgênicas e a aceitação do produto no mercado internacional. Nesse sentido, deve-se considerar a influência da pesquisa e das parcerias públicas e privadas, as quais estão relacionadas à produção de transgênicos, via institutos de pesquisa e multinacionais, que buscam se inserir em toda a cadeia produtiva, ou seja, da pesquisa ao produtor rural. Estas podem ser exemplificadas através da criação de “selos” de qualidade que procuram colocar o produto atendendo as exigências do mercado cada vez mais competitivo e demonstrar a origem da produção, via sistema agroecológico.

Além dos aspectos técnicos e financeiros, há que se considerarem os físico-naturais, como as estiagens, as geadas (na região sul) e as inundações, as quais acarretam redução na produção agrícola e, conseqüentemente, prejuízos para o produtor, à indústria de beneficiamento e ao comércio, juntamente com o consumidor final.

Dessa forma, ao se considerar a dinâmica regional, deve-se procurar abarcar os aspectos que a compõe, principalmente, os socioeconômicos. Como a região sudeste centra o setor industrial no Brasil, além de também apresentar atividades agropecuárias, qualquer alteração propiciada pela “quebra” na produção, origina conseqüências nos demais recortes espaciais. A diversidade dos setores produtivos do sudeste brasileiro permite que sua economia seja mais sólida do que nas demais regiões brasileiras, pautadas na agropecuária. Quando um setor apresenta sinais

de “crise”, procura-se minimizá-la, seja via políticas públicas ou privadas, enquanto os demais setores produtivos retroalimentam a produtividade e a geração de renda.

No que se refere as regiões norte e nordeste, salientam-se algumas questões importantes para compreender sua dinâmica regional, como o avanço da agropecuária sobre a floresta e os incentivos a produção de cana-de-açúcar (biocombustíveis) e a fruticultura, respectivamente.

Procurou-se demonstrar, através de algumas atividades produtivas desenvolvidas nas regiões brasileiras a diversidade de produtos que compõem as economias em nível regional e nacional, para que se possam tecer considerações referentes ao desenvolvimento regional brasileiro.

Nesta perspectiva, pode-se dizer que, em virtude da diversidade étno-cultural que compõem o território nacional, cada porção do espaço apresenta especificidades produtivas e organizacionais, as quais se refletem nas suas dinâmicas territoriais. Somam-se ao aspecto cultural, as políticas públicas, as parcerias público-privadas e as exigências do mercado nacional e internacional na definição das dinâmicas regionais.

Ao se abordar o termo “dinâmicas” deve-se entender que o mesmo reflete as diversidades produtivas do espaço brasileiro. Este não apresenta uma homogeneidade produtiva, ao contrário, é composto por uma heterogeneidade espacial que lhe confere a unidade nacional. Essa se revela através do caráter transformador que confere dinâmica ao espaço, ao que Milton Santos (1988), denomina de rugosidades do espaço.

De acordo com Boudeville (1973), o desenvolvimento não é igual para todos, o que acarretam dinâmicas e organizações espaciais diferenciadas. Aplica-se tal afirmativa para o Brasil, através dos distintos níveis de desenvolvimento que os seus recortes espaciais atingiram no decorrer da sua evolução socioeconômica.

## REFERÊNCIAS

BOUDEVILLE, J. R. Desenvolvimento polarizado e Planejamento Regional. **Boletim Geográfico**, Rio de Janeiro. IBGE, 32(237): 05-15, nov./dez., 1973.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **idades @**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidades@>. 2005.

SANTOS, M. **Metamorfoses do Espaço Habitado**. São Paulo: Hucitec, 1988. 124p. (Geografia: Teoria e Realidade, Série "Linha de Frente").

\_\_\_\_\_. **Metamorfoses do Espaço Habitado**. São Paulo: Hucitec, 1988. 124p. (Geografia: Teoria e Realidade, Série "Linha de Frente").

\_\_\_\_\_. **Técnica, espaço, tempo**. Globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo: Hucitec, 1994a. 190p. (Geografia: Teoria e Realidade, 25).

**AS CATEGORIAS DE ANÁLISE DO ESPAÇO EM GEOGRAFIA: O CONTEXTO DAS  
TRANSFORMAÇÕES CONCEITUAIS NO DECORRER DA EVOLUÇÃO DO  
PENSAMENTO GEOGRÁFICO  
(questão geral)**

Helena Brum NETO

Linha de Pesquisa: Desenvolvimento Regional  
Nível: Doutorado

A Geografia, enquanto ciência centra na renovação de seus conceitos, de suas teorias e de seus paradigmas, a dinâmica evolutiva que permite sua adequação à interpretação da realidade espacial, oriunda da relação sociedade-natureza. Considerando a dinâmica implícita nessa relação, as revisões teóricas tornam-se necessárias, para que se possa realizar uma releitura do espaço geográfico, abrangendo suas dimensões, ou seja, a complexidade que o compõem, bem como impedir o que Santos (1989) apud Pereira (1989), denomina de “fossilização dos conceitos”.

Salienta-se que, a análise do espaço considerado como o “todo”, pode ser realizada através das suas categorias analíticas, as quais abrangem o próprio espaço, assim como, o território, a região, a paisagem e o lugar. (SANTOS, 1988). Cabe ao profissional em Geografia utilizá-las de forma adequada, evitando seu uso de forma incorreta ou mesmo pelo senso comum. Para tanto, deve-se considerar a escala de análise e o objetivo do estudo na escolha da categoria a ser utilizada. Além disso, salienta-se que, as concepções atuais acerca do espaço, do território, da região, da paisagem e do lugar correspondem ao acúmulo de conhecimento no decorrer da evolução do pensamento geográfico, em um constante processo de construção teórica.

Portanto, compreender a construção dessas categorias pela trajetória geográfica, torna-se essencial para entender a sua dimensão histórica e os distintos caminhos trilhados pelos conceitos, em épocas/etapas que contribuíram para sua concepção atual.

Nessa perspectiva, optou-se abordar as categorias de análise do espaço pelas escolas geográficas, no intuito de demonstrar as suas transformações conceituais e a valorização de algumas categorias em detrimento de outras, de acordo com a época e o estágio evolutivo da sociedade, em sua relação com a natureza, mediada pela técnica.

A estruturação da Geografia, como ciência, nos remete a Geografia Clássica ou Tradicional, primeira escola estruturada no pensamento geográfico. Através da relação homem-meio, da individualização dos lugares, da diferenciação de áreas e da descrição da paisagem como objetos de estudo, a Geografia necessitou resgatar alguns conceitos utilizados por outras ciências, principalmente, as naturais, como a Biologia. As ciências naturais influenciaram de forma significativa a Geografia, pois de um modo geral, os conceitos relativos às categorias de análise do espaço se inseriram no âmbito geográfico como naturais, com ênfase para a região e a paisagem.

Considerando o contexto histórico e a necessidade de construção do conhecimento geográfico, os pesquisadores clássicos realizaram inúmeras descrições, principalmente dos aspectos físicos, via observação e descrição da paisagem. Individualizaram-se, assim, diversas taxonomias, considerando os critérios físicos, os quais recortaram os territórios nacionais em diversas regiões, de acordo com as variáveis físicas, como o clima, a vegetação, a hidrografia, entre outros. Tais regionalizações proporcionaram maior conhecimento sobre os elementos naturais que, neste espaço temporal, evidenciava-se como o foco da ciência geográfica. A região passa a materializar o caráter natural de grandes extensões do espaço, ou seja, estabeleceram-se classificações que permitiram identificar tanto os recursos naturais, como as “áreas” mais propícias para habitar – o ecúmeno e o anecúmeno. Paralelamente, realizaram-se algumas teorizações que relacionaram o clima e sua influência no desenvolvimento dos povos, demonstrando o caráter determinista de algumas pesquisas realizadas por essa Escola geográfica.

Um dos principais autores da Geografia Clássica, Friedrich Ratzel (1990), enfatizou em suas pesquisas, algumas classificações realizadas em seus estudos, originando denominações como “povos primitivos”, entendidos como sem cultura e, os “povos civilizados”, ou seja, com cultura. A cultura, ou *kultur*, para Ratzel foi utilizada como elemento de diferenciação e como sinônimo de desenvolvimento socioeconômico. Esse nível de desenvolvimento era mensurado através da utilização de técnicas pelos povos, principalmente, as técnicas agrícolas, uma vez que, a agropecuária constituía-se na atividade econômica neste período histórico.

Os estudos realizados por Ratzel, anteriores a sua obra denominada Antropogeografia, demonstrava a importância da relação entre Geografia e política, como um acumular de conhecimentos para a dominação de um povo e do espaço, a que posteriormente, o autor denominaria de espaço vital. Nesse momento, o conceito de território emerge como conceito-chave, em sua dimensão política. Tanto o espaço vital, quanto o território foram utilizados como justificativa para a formação do Estado-Nação alemão e seu posterior expansionismo.

Buscando contrapor as idéias ratzelianas e, desta forma, aprofundar o debate conceitual na Geografia, Paul Vidal de La Blache propõe novas abordagens para os estudos geográficos na França, orientados pelo possibilismo. A proposta de La Blache tece algumas considerações a respeito das idéias desenvolvidas por Ratzel, mas enfatiza, sobretudo, o homem como um ser ativo sobre a natureza, o qual sofre a sua influência, mas que atua sobre esta, com “possibilidades” de transformá-la de acordo com o estágio de desenvolvimento humano, tendo em vista que, todos os saltos qualitativos refletem a relação homem - densidade técnica. Neste contexto, a ciência geográfica revigora-se pela inclusão de novos aportes teóricos, que tem, via possibilismo, formas diferenciadas de explicar a dinâmica do espaço geográfico. O possibilismo permitiu a humanização dos conceitos geográficos, utilizados até esse momento, principalmente, nas categorias região e paisagem.

Procurando materializar o conceito de região humana, La Blache propõem estudos nas regiões da Europa, enfocando as distinções culturais e econômicas, através de conceitos inerentes a sua proposta teórica, como gênero e modo de vida. A paisagem humanizada via observação, constituiu-se no principal instrumento para as descrições realizadas. Considerava a paisagem e a região uma construção histórica, a qual atrelava os elementos naturais e humanos. Pode-se dizer que, dentre as categorias analíticas da Geografia, a região tornou um conceito fundamental para a Geografia Clássica, principalmente, a francesa, nos primórdios da sua estruturação como ciência.

Salienta-se, também, que a Geografia Clássica, utilizou-se do trabalho de campo como técnica de análise, ressaltando a categoria paisagem, pois era através dessa que se observava e descrevia os aspectos físicos e humanos, utilizados na localização absoluta dos lugares. Embora a Geografia Clássica tenha sido contestada pela Geografia Quantitativa, pode-se inferir que foi responsável pelas primeiras tentativas de teorização das categorias de análise do espaço, com ênfase para os conceitos de paisagem, região e território.

Neste contexto, ressalta-se as transformações inerentes a relação sociedade-natureza no âmbito geográfico, no qual se contestou os aspectos teórico-metodológicos da Geografia Clássica, principalmente, quanto à falta de cientificidade empregada nos seus estudos, pautados apenas na observação e descrição. Para tanto, após o término da Segunda Guerra Mundial, a necessidade de reconstrução do espaço, fez com que, o embasamento teórico-metodológico da Geografia fosse repensado. Tal atitude, gerou acirrados debates internos no âmbito acadêmico, culminando com a criação da Nova Geografia, ou Teórica ou Quantitativa.

O corpo teórico-metodológico da Nova Geografia, que estava sendo estruturada tinha como método de abordagem o dedutivo, o qual buscava o resgate de leis gerais, modelos e as teorias, principalmente, na matemática e na estatística. Esse rigor teórico evidenciava-se como uma forma de cientificar o conhecimento desenvolvido na Escola Clássica. Neste sentido, novos conceitos surgem para alicerçar a ciência geográfica, como o de espaço e região, sob novas abordagens. Considerando o período histórico, a Geografia é chamada a dar novas respostas para um território que necessitava reorganização do espaço, procurando minimizar os desequilíbrios e as desigualdades sociais. Isso foi possível via o planejamento regional, que tem sua fase áurea com a

Nova Geografia. Nesse sentido, a região passou a ser entendida como unidade de planejamento por reunir características semelhantes sobre um espaço contíguo. Assim, diversas classificações foram estabelecidas por institutos, como o IBGE e outros órgãos ligados aos estados da federação, de acordo com critérios políticos e econômicos. A região assume a sua dimensão política, com vínculos socioeconômicos, a serviço do planejamento do Estado. (BEZZI, 2004).

Entretanto, o amplo uso da quantificação levou a Geografia, a mais um debate interno, gerando vários conflitos conceituais entre as Escolas existentes. A Geografia foi chamada novamente a repensar suas teorias, seus métodos e seus paradigmas. Assim, nas décadas de 1960 e 1970 originou-se e difundiu-se a Geografia Crítica, buscando resgatar o vínculo social dos estudos geográficos, através de procedimentos dialéticos, considerando o espaço relacional.

A Geografia Crítica foi responsável pelo resgate dos conceitos de lugar e paisagem, além de adicionar novas concepções à região, ao território e ao próprio espaço geográfico. De modo geral, esses conceitos passaram a considerar os aspectos humanos e físicos de forma integrada, ou seja, considerando a sua complexidade formadora e histórica.

Paralelamente à Geografia Crítica, inúmeras tendências se originaram com intuito de analisar diversidade de temas geográficos, privilegiando determinadas categorias analíticas, como a Geografia da Percepção, que através da fenomenologia evidencia o lugar como espaço vivido. A Geografia Cultural, que analisa as categorias território, região, paisagem e lugar, como resultado da apropriação simbólica do espaço por um grupo social, dotando-as de significados via processos de identificação.

Além dessas tendências, há também, a Geografia Médica, do Turismo e da Religião, entre outras, que procuram demonstrar os níveis de significância das categorias analíticas e suas dimensões, sejam essas econômicas, sociais, culturais ou políticas e suas relações com a dimensão natural. Embora o excessivo fracionamento da Geografia seja criticado por alguns estudiosos, a especialização dos temas constitui-se em uma tentativa de entender a diversidade e a complexidade de fenômenos que se materializam sobre o espaço. No entanto, destaca-se que a análise integrada permite a obtenção de uma visão completa sobre tais fenômenos, pois atrela as dimensões naturais, sociais, culturais, econômicas e políticas do espaço geográfico.

Neste contexto, seguindo a evolução do pensamento geográfico, pode-se inferir que, as categorias de análise do espaço apresentaram e apresentam, ainda, uma estreita relação com as distintas dimensões que definem a inter-relação entre os aspectos físicos e humanos. Assim, se evidenciam as múltiplas relações em uma abordagem híbrida e, não se utiliza mais o físico em detrimento do humano e vice-versa.

Considerando as perspectivas atuais da Geografia e a complexidade do seu objeto de estudo, pode-se dizer que, há inúmeros caminhos a serem trilhados pelos estudos geográficos, na busca do entendimento da relação sociedade e natureza. Tendo em vista que tal relação se materializa no atual estágio evolutivo, mediada pela tecnificação e pelas transformações e questionamentos impostos pelo processo de globalização, há que se considerar as implicações desses fenômenos sobre o espaço geográfico e a necessidade de análises que permitam a sua apreensão.

## REFERÊNCIAS

- BEZZI, M. L. **Região** – uma (re) visão historiográfica: da gênese aos novos paradigmas. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2004.
- BOUDEVILLE, J. R. Desenvolvimento polarizado e Planejamento Regional. **Boletim Geográfico**, Rio de Janeiro. IBGE, 32(237): 05-15, nov./dez., 1973.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **idades @**. Disponível em: < <http://www.ibge.gov.br/cidades@>>. 2005.
- PEREIRA, R. M. F. **A Geografia que se ensina à gênese da Geografia moderna**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1989.

SANTOS, M. **Metamorfoses do Espaço Habitado**. São Paulo: Hucitec, 1988. 124p. (Geografia: Teoria e Realidade, Série "Linha de Frente").

\_\_\_\_\_. **Metamorfoses do Espaço Habitado**. São Paulo: Hucitec, 1988. 124p. (Geografia: Teoria e Realidade, Série "Linha de Frente").

\_\_\_\_\_. **Técnica, espaço, tempo**. Globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo: Hucitec, 1994a. 190p. (Geografia: Teoria e Realidade, 25).